

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1707227 - DF (2017/0284530-5)

RELATOR : MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
AGRAVANTE : JOSE DE FARIA OLIVEIRA
AGRAVANTE : JURACY LOPES DE BARROS
AGRAVANTE : SEBASTIAO MARIANO BATISTA JUNIOR
ADVOGADO : ALBERTO PAVIE RIBEIRO E OUTRO(S) - DF007077
AGRAVADO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES E
OUTRO(S) - SP128341
JOAO CARLOS DE CASTRO SILVA - DF012939
LIVIA DE MOURA FARIA CAETANO - DF027070
RAFAEL SGANZERLA DURAND - DF027474
CAROLINA RIBEIRO VALERIO DO NASCIMENTO
- DF025592
EVERSON EMMANUEL COSMO DE SOUSA SALES
- DF044257
INTERES. : BB-FINANCEIRA S.A.-CREDITO, FINANCIAMENTO
E INVESTIMENTO

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. AÇÃO MONITÓRIA. PRESTAÇÃO DE CONTAS. PREQUESTIONAMENTO. FALTA. SÚMULA Nº 211/STF. PREJUDICIALIDADE AFASTADA. FUNDAMENTO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO. PREJUÍZO. SÚMULA Nº 7/STJ. DISSÍDIO. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA Nº 284/STF.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).
2. A ausência de impugnação específica de fundamento do acórdão recorrido conduz ao não conhecimento do recurso devido à aplicação da Súmula nº 283/STF.
3. Na hipótese, rever o entendimento do tribunal local, que afastou eventuais prejuízos entre as demandas, exigiria o reexame das circunstâncias fáticas dos autos, procedimento obstado pela incidência da Súmula nº 7/STJ.
4. O Superior Tribunal de Justiça não reconhece o prequestionamento pela simples oposição de embargos de declaração (Súmula nº 211/STJ). Persistindo a omissão, é necessária a interposição de recurso especial por afronta ao art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015.
5. É inadmissível o inconformismo por deficiência na sua fundamentação quando o recurso especial deixa de indicar de modo preciso como teria ocorrido a violação legal. Aplicação da Súmula nº 284 do Supremo Tribunal Federal também quanto ao dissídio interpretativo.
6. Agravo interno não provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

Os Srs. Ministros Nancy Andrighi, Paulo de Tarso Sanseverino, Marco Aurélio Bellizze e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 18 de Fevereiro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva
Relator

